

Emprego: resistir aos ataques

O ano de 2013 se encerra com saldo positivo no tocante aos direitos econômicos e sociais. A categoria bancária, novamente, mostrou todo o seu poder de pressão. Depois de quatro meses de preparação da Campanha Salarial, fomos para o embate com os banqueiros e vencemos. Foram 23 longos dias em greve. Rompemos as barreiras, quebramos a intransigência da Fenaban. Entramos na greve sem aumento real, apenas reposição da inflação. Ao final, voltamos ao trabalho com aumento real de salário, piso e dos valores fixos da PLR e avanços sociais. O resultado da Campanha reflete o poder de mobilização dos bancários.

Essa firme disposição de luta da categoria será, mais uma vez, exigida em 2014. O ano da Copa do Mundo no Brasil, o ano de eleições para presidente da República, governadores, deputados e senadores. Muitas coisas serão ditas e prometidas. Mas, concretamente, a situação econômica não é das melhores. Neste ano a economia patinou e sinaliza que vai continuar a patinar, a permanecer no mesmo lugar. Lá fora não é diferente.

No mundo do trabalho bancário, o quadro também não é dos melhores. Não bastasse essa dura batalha

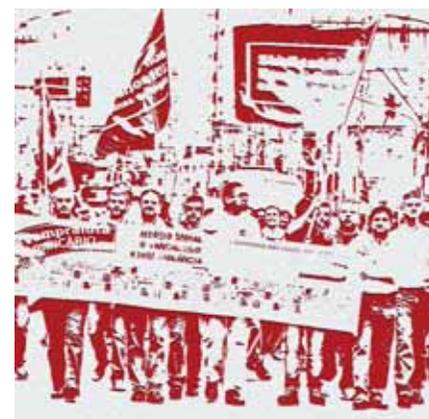
travada entre patrões e trabalhadores no debate do Projeto de Lei 4330, que se propõe a regular a terceirização do trabalho, o sistema financeiro nacional vive um novo momento de reestruturação. Diga-se, de passagem, para os banqueiros, o PL 4330 é a salvação da lavoura. Se aprovado como está, o citado PL 'legaliza' os correspondentes bancários.

Como dissemos anteriormente, o SFN vive um novo momento de reestruturação. Reestruturação regressiva. Não é para melhorar as condições de trabalho e salário; pelo contrário. Em 2012, foram fechados quase 11 mil postos de trabalho; neste ano, até outubro, foram extintas mais de sete mil vagas. Quer dizer, o emprego permanece na marca do pênalti, ameaçado. Sem falar que, neste ano, os Bancos decidiram não mais ampliar suas unidades, mas sim, intensificar a exploração nos locais já instalados; de quebra, fechando agências, como é o caso do Santander.

E isso não é tudo. O governo federal autorizou o Banco do Brasil a elevar a participação estrangeira em seu capital, de 20% para 30%. E os chineses, depois de participarem do consórcio para exploração de petróleo no campo de Libra (pré-sal), via empresas estatais CNPC e CNOOC,

avançam no sistema financeiro nacional. A porta de entrada do China Construction Bank foi o BicBanco, comprado no final de outubro. E mais: O Banco do Brasil se associou aos Correios (ECT) para criar um novo Banco Postal e o BC (Banco Central) regulamentou o pagamento via celular. Ou seja, o smartphone vai virar Banco.

O que significa essa movimentação toda no SFN? Segundo especialistas, o aumento da participação estrangeira no BB impacta na relação capital/trabalho. Afinal, os vorazes acionistas exigem máxima rentabilidade. Para os bancários, máxima pressão, cobrança. Quanto aos chineses, não são diferentes. Num primeiro momento, dizem os especialistas, os chineses vão observar o mercado de trabalho. Porém, num segundo momento, a relação patrão/empregado viverá tensões, que podem universalizar as questões do trabalho. Já o novo Banco Postal e o pagamento pelo celular sinalizam a precarização completa do trabalho bancário; significa serviço bancário sem bancário. Não somos contra a tecnologia, cabe ressaltar, mas é preciso debater os impactos sobre o emprego bancário. Debater e formalizar garantias. Isso com os patrões. Com o governo



federal, é preciso exigir a imediata assinatura da Convenção 158 da OIT, que proíbe a demissão imotivada.

O futuro delineado é nebuloso, incerto. Será preciso intensificar a mobilização, nos preparar para novas jornadas de luta. Não podemos aceitar a cantilena "tudo em nome da globalização". O capital, a cada ciclo, se metamorfoseia para sugar ainda mais o trabalho. Se o rompimento total ainda não está no horizonte, é preciso resistir para garantir nossos direitos. Com unidade de classe será possível assegurar não apenas o emprego, mas também condições decentes de trabalho. À luta, bancários.

Jeferson Boava
Presidente



SANTANDER

Transferida reunião sobre planos de saúde

Apesar de assumir compromisso em discutir as mudanças (unilaterais) nos planos de saúde na semana passada, mais especificamente no dia 4, o Santander mudou a data da reunião, que será nesta quarta-feira, dia 11.

Durante reunião do Comitê de Relações Trabalhistas (CRT), ocasião em que o Santander assumiu compromisso em discutir as mudanças nos planos de saúde no dia 4, com exceção da Cabesp, os sindicatos reivindicaram cópias do contrato e dos estudos atuariais que embasaram os novos valores. Até o momento, o Santander não encaminhou os documentos reivindicados.

Além do reajuste médio de 28,5%, o Santander promoveu alterações profundas nas regras dos aposentados, cujas contribuições a partir de 2014 passarão a levar em conta a faixa etária e irão quase triplicar ao final do prazo de cinco anos.

Fonte: Contraf-CUT

Julio César Costa



BANESPREV

Diretora Stela é candidata ao Comitê de Investimentos

A diretora financeira do Sindicato, Ana Stela Alves de Lima, é candidata ao Comitê de Investimentos do Banesprev (Fundo Banespa de Seguridade Social). Além da diretoria do Sindicato, Stela conta com apoio do Sindicato dos Bancários de São Paulo,

Contraf-CUT, Fetec-SP e da Federação dos Bancários de SP e MS.

Entre os dias 1º e 15 de fevereiro de 2014, os participantes elegem dois representantes no Comitê de Investimentos, e os representantes nas diretorias Financeira e Administrativa.

BANCO DO BRASIL

TST proíbe Cobra de demitir sem motivação

A 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) anulou demissão sem motivo promovida pela empresa Cobra, subsidiária do Banco do Brasil. O julgamento do TST, realizado no dia 18 de setembro último, teve como base a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que obriga a empresa estatal (pública) a

apresentar motivo para demitir. A decisão do STF, cabe registrar, ocorreu em julgamento de caso específico da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT).

Mais uma conquista dos trabalhadores, um libelo em defesa da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que

proíbe a demissão imotivada. O Brasil já foi signatário. Em 1992, o governo Itamar Franco ratificou a norma internacional, que passou a vigorar em abril de 1996. Em novembro do mesmo ano, então presidente Fernando Henrique Cardoso denunciou à OIT que a norma deixaria de ser aplicada a partir de 1997.

SINDICATO

Assembleia aprova orçamento de 2014

Reunidos em assembleia na sede do Sindicato, no dia 2 deste mês de dezembro, os ban-

cários discutiram e aprovaram a Previsão Orçamentária de 2014. Ou seja, onde serão aplicados os

recursos financeiros da categoria. Confira abaixo o resumo da Previsão Orçamentária.

Calendário e Agenda 2014

O Sindicato inicia nesta semana a distribuição do Calendário e Agenda 2014. A exemplo da edição deste ano, a Agenda conta com folhas para planejamento, controle de orçamento, pendências, endereços e telefones. Conta ainda com a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT/Fenaban), os aditivos do Banco do Brasil, Caixa Federal e Santander, e a história de luta do Sindicato. Se você é sindicalizado, peça seus exemplares para os diretores. Para os aposentados, o Calendário e Agenda serão enviados para os endereços cadastrados no Sindicato.

Sindicato dos Bancários Campinas e Região

EXPEDIENTE - O BANCÁRIO - PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO

PRESIDENTE: JEFERSON RUBENS BOAVA

JORNALISTA RESPONSÁVEL: JAIRÓ GIMENEZ (MTB 13.683)

DIRETORA DE IMPRENSA: MARIA APARECIDA DA SILVA

IMPRESSÃO: GRÁFICA SANTA EDWIGES

SEDE: RUA FERREIRA PENTEADO, 460, CENTRO.

FONE.: (19) 3731-2688 - FAX: (19) 3234-5602

CLUBE: (19) 3251-3718

SUBSEDES: AMERICANA: (19) 3406-7869

AMPARO: (19) 3807-6164

MOGI GUAÇU: (19) 3841-3993

SJB VISTA: (19) 3622-3514

INTERNET: WWW.BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

E-MAIL: JORBANC@BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

TIRAGEM: 13.000 EXEMPLARES

FILIADO À FEEB SP-MS E CONTRAF-CUT

Resumo da Previsão Orçamentária de 2014

Receita	R\$
Contribuição sindical	952.500,00
Mensalidade	3.072.000,00
Rendimentos de aplicações financeiras	112.300,00
Contribuição assistencial	550.000,00
Reversões diversas	871.200,00
Total da Receita	5.558.000,00
Despesa	R\$
Diretoria	323.200,00
Despesas com Pessoal	1.527.700,00
Infraestrutura	548.600,00
Edifícios	135.600,00
Despesas com veículos	195.000,00
Despesas de comunicação	100.300,00
Despesas financeiras	14.000,00
Jurídico	420.100,00
Contribuições para outras entidades	344.600,00
Atividades gerais	240.990,00
Imprensa e Divulgação	209.500,00
Cultura, esporte, lazer e outros	294.200,00
Clube	515.300,00
Despesas com assessoramento	105.500,00
Campanhas salariais	418.900,00
Congressos e Seminários	22.800,00
Subsedes	65.700,00
Total da Despesa	5.481.990,00

FGTS: ação exige saldo corrigido

Nos anos 1991 e 1993 e no período de 1999 a 2013 a correção dos depósitos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) ficou abaixo da inflação. Enquanto o Fundo foi remunerado, nesses 16 anos, pela Taxa Referencial (TR), mais a taxa de juros de 3% ao ano, a inflação foi, em média, de 5,5% anuais na última década. O que impôs expressivas perdas aos trabalhadores; segundo cálculos, chegam a 80%.

Diante dessa gaturagem, o Sindicato ingressou ação coletiva na Justiça Federal de Campinas contra a

Caixa Federal, no dia 30 de outubro último.

Além da correção, a luta dos trabalhadores é por mudanças na fórmula que corrige o FGTS. A TR, criada em fevereiro de 1991, nunca foi igual aos índices de preços que medem a inflação. Diga-se, de passagem, desde setembro de 2012, a TR é zero. Na verdade, a TR foi criada para tentar desvincular a economia de qualquer memória inflacionária; é parte do chamado Plano Collor II (Lei nº 8.177/1991). A TR é estabelecida pelo Banco Central, a partir do cál-

culo dos juros médios pagos pelos CDBs (Certificados de Depósito Bancário) e RDBs (Recibos de Depósito Bancário) pelos 30 maiores bancos. Em 1995, o BC introduziu na fórmula um redutor sobre esse cálculo.

A mudança na fórmula de correção do FGTS, portanto, exige uma nova legislação. Hoje, existem diversos projetos em tramitação no Congresso Nacional. A CUT, desde 2005, não apenas debateu como apresentou propostas de alteração da fórmula ao Conselho Curador do FGTS e ao Congresso Nacional. Até o mo-

mento, nenhuma mudança.

Sindicalize-se

A ação coletiva ingressada pelo Sindicato envolve, abrange todos os bancários. Porém, em algumas ocasiões, a Justiça tem entendido que o Sindicato representa apenas os sindicalizados.

Diante dessa possibilidade, é fundamental que o bancário não sindicalizado faça sua adesão ao Sindicato para resguardar, garantir os mesmos direitos dos possíveis beneficiados (sindicalizados) pela ação coletiva.

TRABALHO

Amatra divulga nota contra PL 4330

A Comissão de Direitos Humanos da Amatra XV (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região/Campinas) divulgou, recentemente, nota pública repudiando o Projeto de Lei (PL) 4330/2004, que visa regulamentar a terceirização do trabalho. Segundo o documento, se o PL de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) for aprovado "...milhões de trabalhadores, hoje empregados, tendem a se transformar em trabalhadores terceirizados, com menores ganhos e direitos" e consagra "o sucateamento, sem precedentes, das relações trabalhistas no país".

Para a Comissão de Direitos Humanos da Amatra, a terceirização proposta sinaliza "profunda precarização das condições de trabalho". A afirmação se baseia em dados do Dieese: em 2012, 25,81% dos empregados registrados eram terceirizados e rece-



Ato público contra PL 4330 na Câmara de Vereadores de Campinas (28/11)

beram salários "21% mais baixo que os admitidos diretamente". Além disso, os terceirizados "estão sujeitos a jornadas maiores e a acidentes de trabalho com maior frequência". Outro dado: segundo "a subseção do Dieese do Sindieleto Minas Gerais, entre 2006 e 2008, morreram 239 trabalhadores por acidente de trabalho,

dentre os quais 193, ou 80,7%, eram trabalhadores terceirizados". E mais: "o significativo número de ações que tramitam na Justiça do Trabalho, na sua grande parte cobrando direitos básicos e sonegados desses trabalhadores, é outra prova de quanto a terceirização tem sido prejudicial ao programa constitucional de efetividade

dos Direitos Humanos".

A nota destaca também o ofício assinado por 19 ministros do TST (Tribunal Superior do Trabalho), encaminhado à Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, onde tramita o PL 4330. Os ministros, destaca a nota da Amatra, alertam: "a subversão da regra constitucional que impõe o concurso público para as empresas públicas e sociedades de economia mista. Assim, para esses setores, mesmo se aprovado o Projeto, não há como autorizar a contratação de terceirizados para atividades essenciais sem agredir o artigo 37, II, da CF (Constituição Federal, grifo nosso)".

Leia a íntegra da nota pública da Comissão de Direitos Humanos da Amatra XV no site do Sindicato.

DIREITO

Bradesco promove, mas não paga

Mais de 50 bancários do Bradesco que foram promovidos ainda não receberam nenhum centavo pela nova função, segundo levantamento feito pelo Sindicato nas agências e departamentos instalados em Campinas e Região. Em alguns casos, a promoção se concretiza no prazo de 12 meses; num deles, demorou três anos.

Os dados do levantamento serão repassados ao diretor regional, em reunião a ser agendada ainda neste

ano.

Cabe ressaltar que não serão informados os nomes dos bancários. "O assunto já foi tratado em rodada de negociação com o Bradesco, mas até o momento nenhum posicionamento oficial. O Sindicato vai apresentar os dados ao diretor regional e cobrar uma explicação e resolução do problema. É inaceitável que um dos maiores Bancos privados do país exija um 'estágio probatório' dentro da própria instituição. É um contras-



Diretores do Sindicato na greve de 23 dias

senso", avalia o diretor do Sindicato, Lourival Rodrigues. **Denuncie:** Se

na sua agência acontece essa enrolação, avise o Sindicato.

Feliz 2014



60
anos

Sindicato dos Bancários CUB
Campinas e Região

1954-2014

UNIDADE NA LUTA